ACESSE A VERSÃO DIGITAL

Cotidiágua

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXIII – Nº 13 – 06 de maio de 2019

GRIGORIO ROCHA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Especialistas dão recado ao governador: "privatização é um fiasco"

Estudos feitos na Europa e mesmo resultados de serviços privatizados no Brasil deixam claro que a gestão privada do saneamento tem sido um fiasco em diferentes lugares onde a experiência ocorreu. Esses relatos foram feitos por especialistas e marcaram a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Bahia, semana passada, para discutir formas de privatizar a Embasa que estariam em estudo pelo governo – abertura de capital e uso de parcerias público-privadas. Em ambos os casos não houve progressos na prestação do serviço, sobrando apenas prejuízo. **PÁGINA 2**

SINDICATO DISCUTE COM GOVERNADOR VÁRIAS DEMANDAS DA CATEGORIA
PÁGINA 5

EMPRESA DE SANEAMENTO DE ITABUNA FECHA O ACORDO COLETIVO
PÁGINA 4

URBANITÁRIOS DE NOVO EM BRASÍLIA: É PRESSÃO TOTAL CONTRA MP 868
PÁGINA 3

CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E DESEMPREGO, GREVE GERAL EM 14 DE JUNHO
PÁGINA 3

EDMILSON BARBOSA

Exemplos do mundo inteiro demonstram que privatização da água não resolve problemas

Durante audiência pública realizada na última quinta (2), na Assembleia Legislativa da Bahia, especialistas em saneamento apresentaram dados que demonstram o fiasco da privatização do setor no Brasil e no mundo. Foi um debate rico para um auditório lotado. Um desses dados foi o estudo feito pela renomada Universidade de Campinas (unicamp) sobre o desempenho de grandes companhias estaduais que tiveram abertura de capital – a Sabesp (SP), Copasa (MG), Sanepar (PR) e Casan (DF).

Essas empresas pouco investiram onde mais se precisava dos serviços, pagaram menos impostos, não provaram ser verdade o discurso de que capital privado tem gestão de excelência mas, em compensação, tiveram boas arrecadações, transformando o saneamento num ótimo negócio para seus acionistas.

Esse relato foi mostrado por Marcos Montenegro, coordenador do recém criado Observatório Nacional dos Direitos a Água e ao Saneamento (Ondas), para quem "serviço privado, em lugar nenhum, vai resolver os problemas do saneamento, problemas esses que estão nas populações mais vulneráveis, nas zonas rurais, nas periferias das grandes cidades e nos pequenos municípios". Citou, ainda, que a União Europeia decidiu que a titularidade do saneamento é do município, impondo uma grande derrota aos grandes capitalistas interessados no controle desses serviços.

"Como as grandes empresas perderam essa guerra lá, estão interessadas em vencer aqui. Mas também vão perder", disse Montenegro, citando que "os privatistas se lascaram em Manaus, onde atuam há anos e oferecem uma cobertura desprezível em esgotamento sanitário".

Outro estudioso, o professor Luiz Roberto Moraes, da Ufba, elencou resultados nefastos obtidos por uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu em 1.749 parcerias público-privadas, a partir de 1990. A auditoria demonstrou que o tempo de contratação foi grande, girando em torno de 5,5 anos, os contratos registraram ineficiência, aumento de custos, juros mais caros e ajustes contratuais mais constantes do que em contratos tradicionais.

Disse ainda que na Europa, até junho de 2017, já haviam ocorrido 835 tomadas de serviços das mãos de empresas privadas, a chamada remunicipalização dos serviços. "Mãe" das duas maiores empresas privadas de saneamento (Veolia e Lionnaise), a França tem 152 casos de retomada dos serviços. Os Estados Unidos não fogem à regra, registrando 67 remunicipalizações.

Ex-presidente da Embasa e atual representante dos (das) trabalhadores (as) no Conselho de Administração, Abelardo de Oliveira citou que um dos grandes incentivadores da privatização, o Banco Mundial, fez "mea culpa" durante evento no México, em 2006, quando uma diretora afirmou que o setor privado não resolveu o problema do saneamento, como a instituição imaginava que iria acontecer. Percebeu que 90% dos recursos investidos no setor eram de origem pública.

Abelardo também afirmou que, em vez de abertura de capital e uso de PPP's, o governo tem fonte de recursos para captar e investir no saneamento, a exemplo dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do BNDES e Banco do Nordeste, além do FGTS e do FAT.

Presidente da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, o deputado Marcelino Galo (PT) afirmou ser contra a privatização da Embasa e uso de parcerias público-privadas, e lembrou que os conflitos pela água já são superiores aos conflitos pela terra, conforme indica a Comissão Pastoral da Terra. "Não podemos abrir a possibilidade de tratar água como mercadoria para dar lucro. Água tem que servir ao ser humano", afirmou Marcelino.

> "Como as grandes empresas perderam essa guerra lá, estão interessadas em vencer aqui. Mas também vão perder", disse Montenegro.

Os deputados federais Joseildo Ramos e Afonso Florence falaram do momento difícil que enfrentam em Brasília para impedir a aprovação da Medida Provisória 868, que abre o setor à privatização. Deputado federal pelo PT de São Paulo, Paulo Teixeira disse que essa é a movimentação do capital privado, que está partindo com tudo para cima das riquezas naturais.

Também participaram da audiência o deputado estadual Hilton Coelho (Psol), o vereador Marcos Mendes (Psol), o presidente do Crea, Luis Prado de Campos, o superintendente de Recursos Hídricos do Estado, Carlos Abreu, o companheiro, ex-vereador e presidente do PT de Salvador, Gilmar Santiago, o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Luis Carvalho, e a integrante do Observatório do Saneamento Básico da Bahia, Gabriela de Toledo, entre outras pessoas.

1º de Maio marcado por protestos. Centrais anunciam greve geral em 14 de junho

GRIGORIO ROCHA

EDMILSON BARBOSA

Durante as manifestações pelo 1° de Maio, Dia do Trabalhador, as principais centrais sindicais do Brasil, articuladas com vários partidos políticos e entidades do movimento social, anunciaram 14 de junho como a data da próxima greve geral no país. Será mais um ato de resistência contra os desmandos praticados pelo governo Bolsonaro, contra o desemprego crescente e, sobretudo, contra a reforma da previdência social. Foi o medo de que essa reforma acabe com o sonho da aposentadoria que gerou mais protestos.

Em Salvador, a manifestação ocorreu no Farol da Barra, mas outros atos também aconteceram nas grandes cidades baianas. O presidente da CUT Bahia, Cedro Silva, citou que a população precisa reagir ao desmonte que está sendo praticado no país e que só tende a piorar a crise, seja na política, seja na economia. Disse que a reforma da previdência só trará prejuízos para os mais pobres e que a reforma anterior, a trabalhista, não "entregou" os milhões de empregos prometidos. "Hoje o país está afundado no desemprego, com milhões de famílias no desespero. E o governo está partindo também para sucatear ainda mais a educação, cortando verba das universidades e dos programas de ensino. É hora de resistir".

Movimento sindical volta a fazer pressão para barrar MP 868, que desmonta o saneamento

Lideranças sindicais e do movimento social, mais uma vez, estarão mobilizadas em Brasília esta semana para tentar impedir a aprovação do relatório do senador Tasso Jereissati na comissão mista que analisada a Medida Provisória 868, que provoca um desmonte no setor de saneamento do país. A aprovação desse relatório não aconteceu na semana passada, como erradamente informamos no boletim anterior.

O relatório de Jereissati foi apresentado naquela ocasião e teve sua votação marcada para esta terça (7). O documento atende amplamente as recomendações feitas pela equipe do ministro e banqueiro Paulo Guedes, interessado na privatização das companhias estaduais de saneamento, mesmo que a custa de várias violações às leis.

O Sindae tem contado com dois representantes em Brasília, os companheiros Luiz Geovane e Abelardo de Oliveira Filho, para acompanhar de perto a tramitação da proposta que levará ao desmonte do setor de saneamento. Eles participam de articulações contra a medida e também das pressões sobre os parlamentares para evitar que a MP seja aprovada. É um momento delicado, pois se a medida for aprovada as companhias estaduais serão alvos fáceis da privatização, com sérias consequências para a sociedade e a classe trabalhadora.

"Eu só peço a Deus
Que a mentira não
me seja indiferente
Se um só traidor
tem mais poder
que um povo
Que este povo
não esqueça
facilmente."

Beth Carvalho

Emasa é primeira empresa do setor a fechar o acordo coletivo deste ano

ACERVO SINDAE

Após quatro rodadas de negociação, e com aprovação por unanimidade dos (das) trabalhadores (as), está fechado o primeiro acordo coletivo entre as empresas do setor de saneamento da Bahia. É o da Emasa (Itabuna), que foi submetido e aprovado em assembleia realizada na última segunda (29), na ETA, e que foi considerado satisfatório se analisado levando em conta a conjuntura de crise econômica do país e mesmo das dificuldades que a empresa tem passado.

Este ano foi possível contornar alguns problemas e agilizar as negociações com a Emasa, que até recentemente enfrentou dificuldades decorrentes da crise hídrica que secou rios e mananciais da região. Até agora existem vários acordos coletivos fechados com autarquias municipais (Saae's), enquanto as negociações prosseguem nas demais empresas - Embasa, Cerb, Cetrel, DAC e BRK.

> Este ano foi possível contornar alguns problemas e agilizar as negociações com a Emasa, que até recentemente enfrentou dificuldades.

O acordo coletivo com a Emasa prevê reajuste salarial de 100% do INPC para todos (as) a partir de primeiro de maio. Para quem recebe até R$ 1.400,00 haverá também mais 1,5% de ganho real visando reduzir a diferença entre os que estão na faixa salarial superior. O piso salarial (menor salário) terá aumento acompanhando o INPC. O benefício do auxílio filho especial teve reajuste de 24,8%, passando de R$ 100,00 para R$ 124,80, enquanto o tíquete refeição terá aumento conforme o INPC, índice que mede a inflação e que deve ser divulgado a qualquer dia pelo IBGE. O tíquete hoje é de R$ 683,00 e estima-se que chegue a R$ 715,00. Em tempo: até o fechamento deste boletim o INPC era estimado em 4,84%.

Revendo reforma trabalhista: gestantes e lactantes não podem trabalhar em local insalubre

Passado mais de um ano em vigor, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a norma introduzida pela reforma trabalhista aprovando o trabalho em locais insalubres para gestantes e mulheres em fase de amamentação. A decisão já passou a ter efeitos e foi tomada em medida liminar pelo ministro Alexandre de Moraes e ainda vai ser analisada pelo plenário do tribunal.

Esse foi um dos itens modificados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista promovida pelo golpista Michel Temer, e que eliminou uma série de conquistas e direitos da classe trabalhadora. A nova decisão foi analisada pela secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista: "É preciso anular de uma vez por todas este item da nefasta reforma, que retira das mulheres gestantes e lactantes a proteção à sua saúde e a do seu bebê".

Antes da reforma Trabalhista, visando resguardar a saúde e segurança do trabalho, a gestante ou lactante que trabalhasse em lugar insalubre, de qualquer grau, era afastada e realocada em outro local dentro da empresa, sem prejuízo salarial e sem a necessidade de apresentar atestado. Com a nova legislação, que entrou em vigor em novembro de 2017, esta mesma mulher só terá o direito de ser afastada de locais insalubres, de grau médio ou baixo, e isso se apresentar um atestado médico afirmando que ela tem de ser transferida de setor.

Durante a gestação qualquer exposição a risco, independente do grau, amplia a possibilidade da mulher ter uma gestação de alto risco com elevado índice de abortamentos, hipertenção, má formação fetal etc.

PAULA FRÔES/GOVBA

Sindicato se reúne com governador e apresenta série de demandas

Depois de inúmeras cobranças, finalmente aconteceu na última quinta (2) uma reunião entre dirigentes do Sindae e o governador Rui Costa, quando foram abordados temas referentes à Embasa e Cerb. Do encontro também participaram os presidentes e diretores das duas empresas. Dentre as cobranças que apresentamos, o governador prometeu agilizar a regulamentação da Lei 11.172/2008, que cria a Política Estadual de Saneamento Básico, e a escolha de um (uma) representante de trabalhadores (as) para o Conselho de Administração da Cerb.

Ao ser questionado sobre planos de privatização da Embasa, Rui Costa disse não ser privatista e que não está em curso proposta para abertura do capital da empresa, "apenas estudo". Sobre parcerias público-privadas, disse que não a descarta para construção de uma obra ou outra, pois as demandas feitas pelos municípios exigem um aporte estimado em R$ 4 bilhões.

O Sindicato afirmou que, abrindo o capital da Embasa, a empresa perderia imunidade tributária que iria exigir o pagamento de até R$ 300 milhões ao ano, e que para as parcerias o governo dispõe de recursos em diversos fundos, para captar de forma mais barata e mais rápida do que através de PPP, além de fontes externas, a exemplo da recente aprovação de um financiamento do banco alemão KFW para uma estação de tratamento em Camaçari.

O governador alegou ainda não ter tido uma posição sobre a proposta de reestruturação da Cerb encaminhada pelo Sindicato, por duas vezes, mas gostou de algumas das ideias expostas na reunião, a exemplo da busca de autonomia financeira para a empresa. Disse que vai discutir esse projeto com a direção da Cerb e posteriormente voltar a tratar do assunto com o Sindicato. Ficou claro que a empresa está passando por uma reestruturação, mas sem participação do Sindicato e sem observar a proposta entregue ao governo.

> Ao ser questionado sobre planos de privatização da Embasa, Rui Costa disse não ser privatista e que não está em curso proposta para abertura do capital da empresa,

Também afirmou estar de acordo com planos para o fortalecimento da Cerb e das centrais de abastecimento, ação pioneira desenvolvida pela empresa e que atende com sucesso várias comunidades rurais. Quanto às possíveis demissões de aposentados (as), Rui Costa disse que não existe nada de concreto até agora. Ao final do encontro, o governador disse que é a favor de manter o diálogo na busca de soluções para o saneamento.

Assine a Petição Pública contra a MP 868. Marque posição a favor da água

Mais uma vez a sociedade brasileira é chamada a se unir contra a privatização da água, um bem essencial à vida. Estamos na batalha contra as iniciativas do Governo de avançar na privatização do saneamento, que significa a entrega das empresas públicas de água e esgotamento sanitário para o capital privado. Derrotamos a Medida Provisória 844 e queremos fazer o mesmo com sua substituta, a MP 868. Dessa luta você pode fazer parte.

Assine a Petição e faça parte da luta contra a privatização da água: https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR111488 e ajudem a divulgar.

PLANTÃO DOS (AS) ADVOGADOS (AS) MAIO/2019

ADVOGADO (A)	TURNO	ATENDIMENTO	
		TELEFONE	PESSOAL
Adv.º Eduardo eduardo@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	08, 15, 22 e 29 –	– 08, 15, 22 e 29
Adv.º Daniel daniel@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 09, 16, 23 e 30	09, 16, 23 e 30 –
Adv.ª Gabriela gabriela@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 07, 14, 21 e 28	07, 14, 21 e 28 –

Contato: (71) 3111-1700

Governo faz escandaloso ataque às universidades federais, fontes de conhecimento

Sempre avesso à arte, à cultura e ao conhecimento, o governo Bolsonaro desferiu um novo ataque no campo da educação ao cortar, em média, 30% das verbas destinadas às universidades federais. Antes, o governo procurou atingir algumas poucas universidades, dentre elas as da Bahia e de Brasília, alegando que nelas estavam ocorrendo "balbúrdia", conforme declarações atribuídas ao ministro da Educação. Depois o corte foi generalizado para as instituições federais de todo o país.

Com as atividades sob risco de grave prejuízo, e até de paralisação por falta de verbas, as universidades aguardam o desfecho de um inquérito civil público aberto pelo Ministério Público Federal para apurar o motivo que levou ao corte das verbas, e até onde o corte viola a liberdade de expressão e a autonomia universitária.

De ataque a ataque, Bolsonaro investe contra tudo, promovendo um verdadeiro desmonte ao estado democrático de direito. Cortar verbas de universidades de forma tão aleatória é um escândalo, mais um escândalo desse governo. Professor aposentado (e voluntário) da Ufba, Luiz Roberto Moraes mostrou profunda indignação antes de fazer sua palestra na audiência pública sobre a privatização da água, semana passada, na Assembleia Legislativa: "Primeiro foi o ex-presidente FHC nos chamando de vagabundos. Agora vem esse governo e fala de balbúrdia. É demais. E pensar que 95% do conhecimento brasileiro é gerado nas universidades..." Sua mágoa comoveu o público, que fez vários gritos de protesto.

> "...E pensar que 95% do conhecimento brasileiro é gerado nas universidades..."
> Luiz Roberto Moraes, Professor aposentado da Ufba,

Gotadágua

RECICLÁVEL

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br

siga-nos: /sindaeba /sindaeba @sindaebahia /user/sindaeba

TOMENota

INDÚSTRIA PARADA

Com um governo perdido, sem qualquer proposta concreta para estancar a crise econômica que assola o país, a indústria voltou a sofrer queda em suas atividades. O recuo foi de 1,3% em março, um desempenho que bate em 2,2% no acumulado do primeiro trimestre deste ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais recuos foram na produção de automóveis e de alimentos. Se comparado a março de 2018, a queda da atividade industrial foi maior, 6,1%.

CIDADES DESPROTEGIDAS

A Assembleia Legislativa da Bahia lançou na última quinta (2) a Frente Parlamentar em Defesa das Cidades, cujo objetivo é lutar contra o esvaziamento de políticas urbanas do Governo Federal. Com o governo Bolsonaro, que trouxe a extinção do Ministério das Cidades, essas políticas vivaram pó e o Brasil perdeu um conjunto de propostas sobre moradia social, cidades sustentáveis, saneamento e mobilidade urbana.

PPR AGORA É DIA 14

A diretoria da Embasa informou ao Sindicato nesta segunda (6) que, por questões operacionais, o benefício do Programa de Participação nos Resultados (PPR) será pago no dia 14 e não mais no dia 9, conforme ela havia informado anteriormente. A empresa ressalta que, conforme o acordo do PPR, ela teria até o dia 15 deste mês para pagar, estando, assim, dentro do prazo pra quitar o benefício.

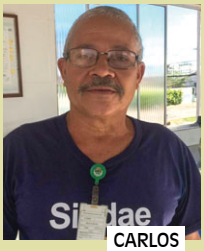
NEGOCIAÇÕES

Estão marcadas várias rodadas de negociação dos acordos coletivos com várias empresas nos próximos dias. Nesta quinta-feira (09) a reunião será com a Embasa. Já na semana que vem será a vez de Cetrel e DAC na segunda-feira (13) e BRK Jaguaribe na quarta (15). Na Cerb a diretoria da empresa aguarda a sinalização do governo do estado para marcar uma nova rodada. Espera-se que, com a divulgação dos índices de inflação pelo IBGE para a data base de 1° de maio, as discussões das cláusulas econômicas possam avançar.

FALECIMENTOS

FOTOS: ACERVO SINDAE

ANTÔNIO


CARLOS

Na última sexta (3) faleceu o ex-companheiro Antônio Pereira Sena, que por muitos anos trabalhou como operador da Embasa nas cidades de Aurelino Leal e Itacaré. Sofreu infarto. Estava aposentado há três anos. Já no último dia 29, faleceu o ex-companheiro Carlos Roberto Fernandes da Silva, operador de ETA no EL de Entre rios.